

## ARTIGO

# Lutas sociais e Serviço Social no Brasil face às *querelas* do nosso tempo

Social struggles and social work in Brazil in face of the issues of our times

Maria Clariça Ribeiro Guimarães\*

**Resumo** – O artigo trata da relação entre conflitos de classe e demandas profissionais, tomando como referência as determinações sociais presentes no movimento contraditório da realidade. Objetiva problematizar processos e desafios postos para a construção de relações do Serviço Social com os movimentos e suas lutas desde a formação dos(as) assistentes sociais e, muito especialmente, no exercício profissional em face da demanda substantiva pela mobilização e organização dos usuários-trabalhadores. Para tanto, as reflexões e análises foram construídas a partir de revisão teórico-bibliográfica de autores do Serviço Social, com aporte na teoria e no método marxista. Buscam assinalar, que o tempo presente exige, mais do que nunca, o fortalecimento dos movimentos classistas e anticapitalistas, concluindo pela defesa da articulação dos(as) assistentes sociais com os movimentos sociais como um eixo central para avançarmos na direção do projeto ético-político profissional.

**Palavras-chave:** determinações sociais; lutas sociais; Serviço Social.

**Abstract** – This article deals with the relationship between class conflicts and professional demands, taking as a reference the social determinations present in the contradictory movement of reality. It aims to problematize

\* Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB, Brasil. E-mail: clarica.ribeiro@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0837-5694>.

DOI: 10.12957/rep.2023.72466

Recebido em 31 de agosto de 2022.

Aprovado para publicação em 04 de novembro de 2022.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

processes and challenges posed for social work to build relations with movements and their struggles, from the training of social workers to, especially, the professional practice in face of the substantive demand for the mobilization and organization of user-workers. Therefore, the reflections and analyses were built from a theoretical-bibliographical review of social work authors, with support in Marxist theory and method, seeking to point out that the present time demands, more than ever, the strengthening of class and anti-capitalist movements. In conclusion, the article defends the articulation of social workers with social movements as a central axis to advance in the direction of the ethical-political professional project.

**Keywords:** social determinations; social struggles; social work.

## Introdução

O tempo presente exige, mais do que nunca, o fortalecimento dos movimentos classistas e anticapitalistas, e não por acaso a articulação dos(as) assistentes sociais com os movimentos sociais impõe-se na contemporaneidade como uma requisição profissional central para avançarmos na direção do projeto ético-político. Afinal, justamente em face do aprofundamento das desigualdades sociais é que a profissão precisa ser provocada a (re)elaborar a sua atuação para além dos limites institucionais. Inegavelmente, a dinâmica atual da luta de classes, incluindo os movimentos sociais, articulados na cena política contemporânea, suas reivindicações, suas formas organizativas e sua capacidade de politizar as expressões da questão social, colocam desafios que tornam imprescindível aprofundar a relação de organicidade da profissão com as lutas e mobilizações populares das classes subalternas, no sentido do fortalecimento do projeto ético-político, do trabalho e da formação profissional em Serviço Social.

Com essa perspectiva, sob a inspiração da música *Querelas do Brasil*, composta em 1978 por Aldir Blanc e Maurício Tapajós Gomes, e lançada por Elis Regina no álbum *Transversal do tempo*, intitulamos e estruturamos o presente artigo discutindo os processos sócio-históricos, econômicos e políticos do país na contemporaneidade. Como marco temos o alargamento do conservadorismo e retrocessos operados entre nós a partir da conjuntura aberta pelo golpe de 2016, num contexto de tomada reacionária das ruas que nos levou a experienciar as últimas consequências da chamada cultura da crise com austeridades e contrarreformas: a institucionalização da barbárie. Esta traduz-se na radicalização contemporânea da blindagem da democracia liberal brasileira a partir da ascensão da extrema direita no país. Um projeto retrógrado de Brasil, que articulou setores conservadores, liberais e protofascistas num cenário de crise econômica, social e política, agravada, sobretudo, pela crise sanitária a partir de 2020 e pelas devastações da natureza e da humanidade, em curso.

Esse é um projeto para o país que entra em confronto direto com as demandas populares politizadas pelos movimentos sociais organizados,

inclusive, potencializando a letalidade do aparato repressivo direcionado, especialmente, aos conflitos decorrentes das lutas sociais. Mesmo assim, os movimentos sociais orgânicos de resistência e contestação seguem com seus processos de mobilização, ainda que não sem dificuldades. E o serviço social deve buscar, ainda mais, a eles se articular.

Nessa direção, as reflexões e análises contidas neste texto são resultado de revisão teórico-bibliográfica de autores, especialmente, da área de conhecimento do serviço social, que, com aporte na teoria e no método marxista, discutem o trabalho profissional e sua relação com os movimentos sociais frente aos dilemas contemporâneos postos na realidade brasileira. Para a abordagem da temática em tela, o texto foi dividido em duas partes. A primeira trata dos conflitos de classe e da disputa de projetos para o país, a partir do golpe de 2016, que colocou uma série de desafios à democracia brasileira. A segunda parte traz apontamentos críticos sobre a relação do serviço social com os movimentos sociais na atualidade. Busca-se indicar o fortalecimento das lutas sociais como um dos propósitos do projeto ético-político da profissão, tanto no que confere ao trabalho quanto à formação profissional, mas que, muitas vezes, é atravessado por tensionamentos frente aos embates inerentes à sua direção contra-hegemônica.

### **“O Brasil não merece o Brasil”: conflitos de classe e projetos em disputa na realidade brasileira contemporânea**

Ao prescindir do uso de mais mecanismos coercitivos, o golpe de 2016 no governo da presidenta Dilma evidencia a força da *democracia blindada* brasileira, posto que, ao ser desenvolvido em *modus operandi* capaz de dar por dispensável a recorrência aos golpes clássicos de Estado, demonstra até mesmo – e por essa razão – inexistir *a priori* qualquer necessidade de suspensão do regime democrático vigente. Afinal, face aos inconvenientes identificados, nada obsta a *democracia blindada* que ela própria possa proceder ao seu devido saneamento (DEMIER, 2017), por meio de mecanismos internos e inerentes à blindagem democrática contemporânea.

A *democracia blindada* configura, nessa direção, para Demier (2017), uma nova gestão burguesa da luta de classes, agora constituída em sua forma *ótima*. Nestes termos, corroboramos com as formulações do autor na afirmação de que as *democracias blindadas* correspondem ao nível *par excellence* da democracia burguesa, inviabilizando possibilidades e ilusões, outrora supostas, de qualquer imposição de limite aos ditames do capital pelos caminhos da institucionalidade.

Na lúcida síntese de Braz (2017), tratou-se de medidas com finalidades específicas e bem definidas: retomada da dominação imperialista no Brasil, em condições as mais favoráveis; redução dos custos do trabalho e, ao mesmo tempo, aumento de sua produtividade média; retrocessos culturais

e ideológicos, intensificando a ofensiva especialmente ao campo dos direitos humanos; e reconfiguração das políticas sociais com base na ortodoxia neoliberal, tornando-as ainda mais focalizadas, sobretudo no caso da seguridade social. Em tempos de crise são as políticas que a conformam (saúde, previdência e assistência) que se constituem como alvos prioritários dos processos contrarreformistas (MOTA, 2015), dado o vínculo direto com os custos com a reprodução da força de trabalho, condição precípua para a acumulação do capital.

Apesar dos graves retrocessos sociais empreendidos pelo governo Temer, seguir com a implantação do programa político do golpe, dessa feita com o respaldo das urnas, era uma necessidade da burguesia para, ao fim e ao cabo, dar vazão à totalidade do programa político do golpe, traduzido em austeridades e contrarreformas, o que vem a ser assegurado com a legitimidade conferida pelas urnas ao governo Bolsonaro. Na análise de Demier (2019), o golpe de 2016 leva ao auge o sentido contrarreformista da *democracia blindada*, passando a fortalecer o lado coercitivo do regime. Nesse sentido, das entranhas da blindagem da democracia liberal brasileira parece nascer, a partir das eleições de 2018, uma *democracia dos blindados*, a promover uma verdadeira barbárie institucionalizada.

Nesse contexto, a agenda de defesa da não política pública presente nas pautas e formulações de movimentos como o MBL (GUIMARÃES, 2019) foi adensada pela potencialização e difusão da máxima intolerância. Além disso, o elitismo concebido em cada proposta apresentada para as políticas públicas – em muito bastante similar ao implementado pelo governo Temer – foi acrescido do desprezo à democracia, configurando um quadro societário em curso a sinalizar mais do que qualquer conservadorismo. Opera-se concretamente uma ameaça reacionária e suas expressões anticivilizatórias.

A longa e lamentavelmente realista relação encontrada em Behring (2019) ilustra bem a dimensão perversa do bolsonarismo e suas distintas expressões e desdobramentos devastadores da natureza e da humanidade, materializados por meio de queimadas criminosas na Amazônia brasileira; ameaças aos povos indígenas; precarização e informalidade de um mundo do trabalho sem direitos (inclusive previdenciários); gritante empobrecimento da população; brutal crescimento da face penal do Estado; censura no campo da arte; desmonte do controle democrático; intervenção em escolas e universidades, em detrimento do legítimo respeito às eleições democráticas de reitores e diretores; dentre tantas outras discutidas pela autora ou que a ausência de freios a tamanhos recrudescimentos democráticos nos demandem ainda acrescentar.

Isso em um tempo forjado em meio às tensões e contradições de uma realidade na qual comunidades tradicionais e/ou periféricas são alijadas de seus territórios – postos em disputa – frente a despejos, pistolagens, invasões, desmatamentos e massacres. São conflitos agrários, urbanos e socioambientais que, dispostos sob estruturas patriarcais e racistas, enovelam vio-

lências contra meninas e mulheres, especialmente negras e de etnias originárias, aos processos de exploração neocolonialista da natureza e, com isso, estendem a devastação dos territórios também aos corpos-territórios (GOMES, 2020). Nesse cenário, o avanço do agro-hidro-minério-petro-negócio expropria terras, águas e condições de vida e de trabalho, conforme explicitam os próprios sujeitos atingidos e imersos em processos de resistência à ofensiva neoextrativista.

Ademais, em meio à trágica crise sanitária instaurada mundialmente a partir da pandemia provocada pela Covid-19, na qual rapidamente o Brasil fez-se epicentro do contágio, com dramáticas implicações econômicas e sociais, testemunhamos o acirramento da luta de classes em tempos de pandemia, com a ofensiva contra a classe trabalhadora sendo ainda mais agressiva sob a ótica de escolhas políticas negacionistas e de pífia – quando não ausente – proteção social efetiva. Não por incompetência ou negligência do governo federal, mas por uma estratégia institucional de propagação do vírus promovida sob a liderança do Presidente da República, conforme linha do tempo sistematizada pelo Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário (Cepedisa) da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), com dados coletados até dezembro de 2020.

Na disputa entre o lucro e a vida, as fortunas dos mais ricos dispararam em crescimento, chegando a acumular 24% a mais do que no período imediatamente anterior à pandemia. Efetivamente, de acordo com o relatório *O vírus da desigualdade* (OXFAM, 2021), a fortuna de apenas dez dos homens mais ricos do mundo seria suficiente para a compra de vacinas para todos os 7,5 bilhões de seres humanos no planeta. Ao mesmo tempo, retornando aos patamares de 2004, o problema da fome – inscrito na lógica da produção do alimento-mercadoria – alastrou-se em larga escala, aprofundando e ostentando a tragédia das condições de existência das famílias sem acesso permanente ao alimento básico suficiente para a sua sobrevivência.

Esse enorme desastre humanitário, de acordo com os dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede Penssan), desvela uma fome que, no Brasil, tem tamanho, lugar, gênero, cor e grau de escolaridade; e mais: não anda desacompanhada. Melhor dizendo, a quantidade de pessoas passando fome no país (19,1 milhões) corresponde à população da Grande São Paulo e soma-se à quantidade de pessoas em insegurança alimentar no país (116,8 milhões), número correspondente a mais de duas vezes a população da Argentina. Acentua-se com mais força nas regiões Norte e Nordeste, embora tenha crescido em todo o Brasil, e atinge predominantemente famílias chefiadas por mulheres, por pessoas pretas ou pardas e por pessoas com baixa escolaridade, alastrando-se inclusive entre famílias que não se encontravam em condições de pobreza anteriormente. Trata-se ainda de uma fome que vem destacadamente acompanhada pela falta de acesso à água, em meio a muitas outras carências que comparam e insultam a realidade das famílias brasileiras, em um cenário que

foi agravado pela pandemia, mas para o qual o Brasil já se encaminhava desde pelo menos 2016.

Sob esse prisma, movimentos e organizações populares do campo e da cidade desenvolveram uma série de campanhas voltadas à população que mais tem sido atingida pelas graves consequências desse contexto, assentadas em ações que se constituem pela ótica da solidariedade de classe. Estas ações chegam a representar mais de 70% no universo das 1.348 manifestações de luta registradas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) no ano de 2020 e, na explicação dos movimentos, longe de qualquer perspectiva *amorfa* de solidariedade, trata-se de mobilizá-la como constitutiva de processos organizativos e de rebeldias.

Concomitantemente, o mesmo relatório identifica pelo menos 84 ações de criminalização das lutas, movimentos, organizações e seus sujeitos (dentre assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte, prisões, agressões e, no caso de mulheres inseridas em lutas fundiárias, territoriais e socioambientais, também estupro), direcionadas, sobretudo, a sem-terra, posseiros e quilombolas, indicando uma escalada crescente da conversão das ações do aparato repressivo em ainda mais letais, especialmente em se tratando de conflitos decorrentes de lutas sociais.

No dever de processos históricos de auto-organização e resistência de indígenas, ribeirinhos, quilombolas, atingidos por barragens, trabalhadores rurais e urbanos, e tantos outros povos e comunidades, movimentos sociais e processos político-organizativos insurgentes suscitam denúncias e interpeleções às engrenagens da realidade contemporânea a partir de enfrentamentos expressos também em acampamentos, ocupações, barreiras sanitárias<sup>1</sup>, greves e manifestações diversas. Com o dramático quadro no mundo do trabalho, novos sujeitos, a exemplo dos trabalhadores de aplicativos<sup>2</sup>, têm protagonizado lutas importantes demandando condições de trabalho, incluindo inédita paralisação nacional construída em 1º de julho de 2020, contendo também com ações de boicote dos usuários às empresas como Rappi, iFood, Loggi e UberEats no dia.

De resto, num cenário concomitante de ataque a direitos sociais e difusão exacerbada do machismo, racismo e homofobia, assumem papel ainda mais importante e potente do que anteriormente os movimentos organizados de mulheres, negros, indígenas e LGBTQIA+ numa perspectiva classista, incitando diversas lutas indígenas, quilombolas, feministas, antirracistas e pela liberdade de orientação e expressão sexual. Quiçá sejam estes “os possíveis germes de uma futura rebelião popular” (DEMIER, 2020, p.

<sup>1</sup> Refere-se ao movimento autônomo, realizado sobretudo por indígenas e quilombolas no contexto da pandemia do SARS-CoV-2 (coronavírus), de bloqueio aos acessos dos seus territórios, visando obstar a entrada e alastramento do vírus nas comunidades, assim como impedir caça, garimpo, extração ilegal de madeira, grilagem, etc.

<sup>2</sup> Segundo informações enviadas à reportagem do Jornal Brasil de Fato (2020) pela Rappi, a plataforma tinha cerca de 200 mil entregadores cadastrados na América Latina até março. Entretanto, com o início da pandemia, houve um aumento de 111% nesse número. O iFood, por sua vez, informa ter recebido mais de 175 mil pedidos de cadastro em março de 2020. Em fevereiro do mesmo ano, eram 85 mil.

37), todos pautando uma agenda que, tanto no campo quanto na cidade, conflita frontalmente com a agenda governamental do bolsonarismo e seu projeto de estrangulamento dos movimentos populares e todo e qualquer instrumento de participação social.

Nessa perspectiva, dando por reconhecida a necessidade de construção da resistência, organizada e classista, no campo mediato e imediato, impõe-se, ainda mais, a inadiável reafirmação da relação orgânica entre questão social – em seus fundamentos e múltiplas expressões históricas e contemporâneas –, lutas sociais e serviço social.

### **“Do Brasil, S.O.S ao Brasil”: o fortalecimento das lutas classistas como requisição profissional para o serviço social**

Entendemos como bastante ao serviço social a apreensão teórica e operativa das necessidades e reivindicações expressas nas manifestações de resistência dos movimentos sociais. Duriguetto e Marro (2016) ressaltam que são os conflitos de classe que dão origem às demandas profissionais, e o serviço social tem alterado os meios e formas de se relacionar com esses movimentos, no âmbito da formação e do trabalho profissional, considerando as determinações sociais contemporâneas.

Afinal, conforme Barroco (2012), para além da herança conservadora, a história de ruptura da profissão nos fornece condições para o enfrentamento ao conservadorismo, desde que a categoria se encontre municiada de uma organização política fortalecida – o que implica renovação de quadros – e tendo movimentos, partidos e organizações da classe trabalhadora como base social de sustentação. Inclusive, considerando que esta seja uma luta que extrapola o âmbito profissional, o avanço do projeto ético-político do serviço social está vinculado ao fortalecimento dessas forças sociais mais amplas, protagonizadas pelas classes trabalhadoras, sujeitos da nossa intervenção profissional.

Porém, o agravante que não pode ser ignorado é o de que, no Brasil, a criminalização dos movimentos sociais e da pobreza em uma vida cotidiana cada vez mais militarizada atua como mecanismo bastante recorrente de legitimação do neoconservadorismo.

Temos aí um papel de politizar e dar visibilidade ou contribuir para dar visibilidade aos interesses das classes subalternas. Temos que nos perguntar o que estamos fazendo nessa direção. Não basta a alta qualidade técnica do nosso trabalho. Corremos o risco de sermos bons/boas gestores/as despolitizados/as, por isso é necessário somar as dimensões: tarefa difícil esta de construir o político na política social, ajudar a construir a hegemonia das classes subalternas. Tudo isso supõe criar uma cultura institucional, profissional, socioassistencial, no campo da saúde, no campo da habitação, uma cultura que torne indeclináveis as questões propostas pela população

que recorrem a esses serviços, com a população com a qual trabalhamos. (YAZBEK, 2012, p. 164).

No âmbito da formação, certamente incidindo e particularizando a relação do serviço social com os movimentos sociais na contemporaneidade, é exemplar o impacto da intensificação do trabalho docente, como demonstra o balanço feito por integrante do Programa de Apoio a Reforma Urbana (Paru), projeto de extensão desenvolvido pelo curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA), em relação aos anos 1980, em entrevista concedida para a pesquisa de Marro (2011, p. 334):

Nós sempre tivemos essa tradição de ter uma vinculação entre o ensino e a extensão [...]. Com esse processo todo de precarização e de controle de um TCU [...] como servidores públicos federais que somos, está acontecendo uma perda, para mim, substancial. [...] o que está acontecendo hoje: quando tu tens uma sobrecarga, um sobretrabalho, nós não damos conta mais de fazer essa dupla condição de ser o professor e ser o técnico que executa [...]. E por isso nos cobra a assessoria [se referindo aos movimentos sociais] que nós não podemos dar mais [...]. Aí nós temos esse dilema atual, nós temos que dar conta da pós graduação, de publicar e escrever, ou seja, então esvazia esse tema do nosso tempo para a assessoria [...].

Além das implicações das exigências produtivistas, atingindo todos os cursos, independente de sua localização, soma-se às determinações contemporâneas o processo de interiorização do ensino superior. Isto, ao mesmo tempo em que o democratiza, implica uma formação profissional circunscrita em contextos predominantemente muito mais marcados pela lógica do clientelismo e da política do favor que ainda dá as cartas em muitos dos interiores do país. Essa é uma especificidade que não pode ser desconsiderada em relação à permanente ebulição política típica das grandes cidades, como destaca Mota (2014), em se tratando de mensurar processos e desafios para a construção de relações erigidas com os movimentos desde a formação dos(as) assistentes sociais.

No âmbito do trabalho, em que pese ter inexistido qualquer recuo na direção política das entidades da categoria em termos de posições encampadas na luta de classes e em amplas e substantivas alianças estabelecidas com os movimentos sociais que partilham dos princípios ético-políticos da profissão, *não houve expansão do trabalho de assistentes sociais com movimentos sociais no período recente em termos de estabelecimento de vínculos empregatícios na condição de trabalhador assalariado.*

*Ao contrário, a atuação da profissão cada vez mais tem se centrado nos espaços institucionais do Estado, especialmente no âmbito das políticas sociais. Atualmente é sobretudo pela mediação destas que as(os) assistentes sociais têm estabelecido contato com os sujeitos políticos coletivos que constroem movimentos e organizações populares ou apresentam poten-*

cialidade para tal, tanto no campo como na cidade (SANTANA, 2014; FARAGE, 2014). Esse elemento, sem dúvidas, perpassa o trabalho do serviço social nos mais distintos espaços sócio-ocupacionais.

Da análise de documentos recentes produzidos pelo CFESS com foco no trabalho profissional da categoria nas mais diversas políticas públicas, a exemplo da série *Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais*, publicações que ficaram mais conhecidas como *Parâmetros de atuação* (embora nem todas levem esse título), é possível apreendermos o comparecimento da dimensão da relação da profissão com os movimentos e organizações da classe trabalhadora e as demandas de organização e mobilização dos usuários, perpassando o exercício profissional dos(as) assistentes sociais em todas as áreas até então abordadas pela série: assistência social, saúde, educação, sociojurídico, política urbana e residência em saúde.

A perspectiva ressaltada pelos referidos parâmetros de atuação é de que, compreendendo a inserção de assistentes sociais nas políticas inscritas na dinâmica contraditória das lutas por sua expansão e democratização, a ação político-profissional não esteja circunscrita exclusivamente à execução das atividades arroladas nos documentos institucionais, tampouco venha a assumir um caráter autoritário e controlador face às exigências governamentais.

Especificamente no que diz respeito às demandas coletivas dos trabalhadores e às possibilidades de contribuirmos para sua politização, organização e mobilização, estas se apresentam em pelo menos cinco eixos. Esses expressam distintas frentes de atuação possíveis ao trabalho do serviço social, cada uma contemplando uma série de atividades e ações com potencialidade para serem desenvolvidas no exercício profissional nas mais diversas políticas públicas em que assistentes sociais se inserem.

O eixo da *orientação social* contempla a socialização das informações por meio de ações que a potencializem. Isto é, refere-se à democratização das informações por meio de orientações (individuais e coletivas) e/ou encaminhamentos quanto aos direitos sociais da população usuária, tendo por horizonte avançar a partir disso para a intervenção coletiva junto a movimentos sociais na perspectiva da mobilização e organização popular.

O eixo da *assessoria e consultoria* atenta para o assessoramento aos órgãos da instituição na qual se insere profissionalmente na sua relação com os movimentos sociais, conselhos de direito e organizações da sociedade civil no que tange aos direitos humanos e aos próprios movimentos sociais em matéria relacionada à política pública.

O eixo *controle social* considera a inserção de assistentes sociais nos espaços democráticos, como conselhos, conferências e fóruns, na condição de conselheiro ou na prestação de assessoria. Além disso, leva em conta a construção de estratégias para fomentar a participação, reivindicação e defesa dos direitos pelos usuários no âmbito do controle social, aprimorando também os mecanismos de divulgação e socialização dos debates com a

população, a fim de tornar acessíveis as deliberações das conferências e dos conselhos.

O eixo da *organização dos usuários-trabalhadores* abrange a realização de estudos e pesquisas que revelem as reais condições de vida e demandas da classe trabalhadora, e possam alimentar o processo de formulação, implementação e monitoramento da política e a própria pauta dos movimentos; o favorecimento da participação dos usuários e movimentos sociais no processo de elaboração e avaliação do orçamento público; o estímulo à organização coletiva e orientação de usuários e trabalhadores da política para constituir entidades representativas, bem como incentivo à organização dos usuários, passando pela mobilização dos grupos sociais usuários da política em torno de um processo de conhecimento recíproco e da articulação com formas de organização já existentes no bairro e no território de moradia e/ou trabalho dos mesmos.

O eixo dos *projetos e obras de urbanização* aglutina as ações de orientação da população envolvida para exigir tempo e condições de participação de todo o processo, com vistas a minimizar o impacto das intervenções. Isso implica também contribuir para que todas as informações possam estar facilmente acessíveis para a população envolvida com bastante antecedência, exigindo o cumprimento do direito à participação no planejamento das ações, nos casos de desalojamento compulsório, remoção e reassentamento de famílias e grupos sociais. Essas situações provocam impactos significativos na vida dos grupos sociais atingidos, de modo que deve-se atuar junto aos envolvidos para que as intervenções realizadas não signifiquem segregação ou discriminação contra a população.

Em que pese o acúmulo construído coletivamente nos debates da profissão acerca dos chamados parâmetros de atuação dos quais extraímos tais demandas e/ou frentes de intervenção possíveis ao trabalho do serviço social, nem sempre – aliás, na maioria das vezes – as demandas históricas e coletivas dos trabalhadores e as possibilidades de contribuirmos com o processo de formação de consciência de classe dos usuários aparecerão prontamente. O exemplo assinalado a seguir, dentre os presentes no estudo de Vasconcelos (2015, p. 525), ilustra a ausência de mediações na atuação profissional:

Num posto de Saúde, acompanhando as condicionalidades referentes à saúde junto a quase mil famílias inscritas no Programa Bolsa Família, uma assistente social, diante da grande quantidade de crianças com problemas de pele, mesmo tendo conhecimento através de seus levantamentos das condições de vida das famílias/crianças, elege como prioridade e única estratégia injunções junto à direção da unidade de saúde tendo em vista garantir um dermatologista para o atendimento às crianças. Tendo conhecimento das condições de vida daquelas famílias que moram em um bairro que tem valas abertas em todas as ruas, a demanda substantiva pela mobilização e organização para pressionar os diferentes po-

deres por saneamento a partir do poder municipal, e dos organismos de representação dos usuários – como os Conselhos de Políticas e Direitos – foi ignorada ou postergada, em favor do atendimento paliativo, pelo dermatologista, aos problemas de pele das crianças, visto que, medicadas, retornam para as condições causadoras dos problemas. Ao priorizar a demanda explícita pelo atendimento médico/cura de doenças, o assistente social, sem apreender as demandas ocultas/não aparentes naquele contexto, perdeu a oportunidade de dar sua contribuição no processo de formação, mobilização e organização daquelas famílias para a luta coletiva, esta, a única ação capaz de interferir naquele estado de coisas.

Nessa perspectiva, em face da demanda substantiva pela mobilização e organização dos usuários-trabalhadores, muitos(as) assistentes sociais portam-se como os cegos de Saramago<sup>3</sup>, que, vendo, não veem, posto que, embora os olhos estejam sadios de qualquer lesão física, de repente, tão somente enxergam tudo branco como em um mar de leite. Possivelmente se aplicaria bem a essas situações uma das primeiras suspeitas de diagnóstico do médico oftalmologista deste clássico da literatura mundial ao estudar o estranho caso do paciente atingido pela tal cegueira repentina e sem lesões físicas: a incapacidade de reconhecimento do que se vê, típica da agnosia, na qual, como se tivesse perdido a capacidade de saber que sabe e, mais ainda, de dizê-lo, o sujeito torna-se incapaz de reconhecer uma cadeira onde estivesse uma.

Não por acaso, ao perceber-se cego, prevalece a sensação do chão que foge aos pés e da ausência de direções e referências para orientar-se, afinal, ao atuar tão somente na aparência das demandas, o(a) assistente social opera uma espécie de cisão das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa em seu exercício profissional. E, como disse a rapariga dos óculos escuros, o medo cega; ficamos a questionar se essa cegueira quanto às demandas de mobilização popular, que acomete por vezes os profissionais, está relacionada ao medo do empregador, por não estarem, supostamente, atendendo às requisições institucionais.

Tem-se, assim, um evidente tensionamento dado pela condição do serviço social como uma especialização da divisão social e técnica do trabalho, elementos que sem dúvidas relativizam a autonomia profissional, mas não impedem a tomada de posição orientada pelos valores e princípios do projeto ético-político. Isto porque, obviamente, não atuaremos como profissionais independentemente das requisições institucionais se são justamente tais demandas que nos legitimam socialmente como profissão.

A questão é como, respondendo a elas, vamos além, pois, do mesmo modo que trabalhar com a execução terminal de políticas sociais não é o mesmo que trabalhar exclusivamente com a execução burocrática das políticas, também dar respostas às questões institucionais não se confunde

<sup>3</sup> Alusão à obra *Ensaio sobre a cegueira*, romance de José Saramago.

com servir ao capital. Afinal, como Vasconcelos (2015) nos lembra, há grande diferença entre servir ao capital e servir sob o capital, tanto quanto Drummond nos lembrava ser bem diferente servir a uma ditadura e servir sob uma ditadura.

Nestes termos, se a explicação definitiva para a cegueira coletiva que assola um mundo todo de cegos em Saramago fica ao fim e ao cabo do romance ainda em aberto, na sociedade do capital o porquê desta cegueira – diferente de uma cegueira comum, a qual não passaria de uma questão privada entre a pessoa e os olhos com os quais nasceu –, no âmbito da atuação profissional, pode ser encontrado na razão instrumental e formal-abstrata. Não são poucos, nesse sentido, os convites constantes para a fragmentação da realidade e a negação de sua totalidade com os quais os(as) assistentes sociais se defrontam, tendo por base a apropriação de um modo de pensar o real parcial e formalista, próprio da racionalidade burguesa.

Negar ou limitar o papel da razão no conhecimento e na práxis dos homens constituem a principal tarefa ideológica da burguesia. Nessa medida, ao operar a ruptura com categorias fundamentais para o conhecimento do real, a exemplo do humanismo (o homem como produto de sua própria atividade), do historicismo concreto (caráter ontologicamente histórico da realidade) e da razão dialética (racionalidade objetiva e capacidade de apreender subjetivamente essa realidade objetiva), a burguesia também as substitui sobretudo por um irracionalismo fundado na intuição arbitrária, configurando a “miséria da razão” (COUTINHO, 2010), totalmente funcional aos interesses burgueses.

Nesse sentido, como modo hegemônico de apreensão da realidade no capitalismo e em consonância com os interesses dominantes, a “miséria da razão” não somente oculta a essência do real, como também proclama intencional e explicitamente a impossibilidade de qualquer apreensão racional da sua totalidade. Sob essa racionalidade, o real é apreendido de forma imediata, sem questionamento às finalidades da ação humana e a partir de uma aceitação acrítica da exploração capitalista do trabalho, passando as diversas esferas da existência social como se fosse a própria realidade tal qual ela se conforma.

Na medida em que o materialismo histórico-dialético contribui para desvelar a “miséria da razão”, colocando-a em seu devido lugar – a apreensão descritiva e burocrática da aparência do real –, justifica-se por parte do pensamento dominante em suas muitas expressões a ofensiva aos aportes teórico-metodológicos fundamentais do marxismo e, especialmente, ao seu método de apropriar-se da realidade em movimento.

Mesmo estando encharcada de verdade a concepção saramaguista de que viver num mundo onde não se tem esperança também é um tipo de cegueira, não nos façamos reféns da crença fatalista de que a visão lúcida e apurada – encontrada na razão crítico-dialética – não possa nos servir para mais nada além de vermos o horror a atravessar a realidade. Antes, tenhamos

conosco – ainda que sem messianismos – o sentido da responsabilidade de ter olhos quando os outros os perderam, considerando inclusive que o fato da nossa intervenção na realidade se dá muitas vezes em contextos alheios à nossa vontade, por si só, e, desde que detendo algum poder de escolha face às alternativas postas, não nos exime de responsabilidades.

Conforme aprendemos com Guerra (2011), não pode ter importância secundarizada a posição dos sujeitos e suas escolhas no processo do conhecimento; menos ainda, o resultado expresso nas relações sociais pelas suas ações, dada a margem de liberdade de decisão dos sujeitos, tanto quanto as suas possibilidades de intervenção consciente, expressões cabais da relação dialética entre momentos teóricos e políticos, razão e história, ser e consciência, teleologia e causalidade.

Para tanto, tendo em mente que não perduram para sempre as forças de quem vê sozinho(a) em meio a tantos cegos – mais pelo entendimento do que por qualquer determinação física –, não nos esqueçamos de que organizar-se já é, de uma certa maneira, começar a ter olhos. Nessa direção, não nos restam dúvidas de que *um dos caminhos para avançarmos na ruptura com o conservadorismo é o fortalecimento da relação com movimentos, organizações e partidos que permanecem na resistência contra o capital, contribuindo diretamente para a consolidação de uma cultura profissional de cariz crítico, contraposta à hegemonia dominante.*

### Considerações finais

Sem dúvida, a seriedade e a amplitude das questões referidas na complexa conjuntura brasileira, nos últimos anos, impuseram ameaçadores desafios ao serviço social do ponto de vista teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo. Porém, não se pode perder de vista a programática de ação que as entidades de representação da categoria e do movimento estudantil (ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO) têm consubstanciado ao longo de mais de quarenta anos nas lutas. Isto porque é da luta de trabalhadores e trabalhadoras de onde se extrai a luta pela continuidade do nosso projeto profissional, com qualidade, na formação e no exercício profissional. Além disso, é também da luta mais ampla contra as medidas neoliberais e contrar-reforma do Estado da qual não podemos abrir mão de participar como trabalhador(a) e cidadão(ã) junto às mobilizações, greves, ocupações etc.

Na reafirmação da perspectiva de que não há como a profissão se esquivar das tendências gerais da sociedade, defendemos que a configuração da realidade brasileira em termos políticos, sociais, econômicos e culturais aumenta a necessidade do adensamento de estudos e pesquisas acerca dos processos organizativos dos(as) trabalhadores(as) e sua relação com o trabalho profissional, bem como das experiências de extensão universitária junto a movimentos sociais e organizações populares no âmbito da formação profis-

sional em serviço social. Profissionais, docentes e estudantes devem buscar uma aproximação com os sujeitos políticos coletivos que atuam no *front* das resistências contemporâneas e enfrentar coletivamente as perspectivas estigmatizantes e criminalizadoras dos movimentos sociais.

Esse contexto, envolto por contradições, repõe na ordem do dia a necessária articulação dos assistentes sociais com os movimentos sociais, seja pela via do trabalho profissional, seja da formação acadêmica, como estratégia de fortalecimento da atual direção social do serviço social brasileiro. Afinal, sem o entendimento das contradições presentes na realidade, não teríamos condições de pensar estratégias de enfrentamento coletivo aos enormes desafios que se sucedem na dinâmica societária e que exigem a ruptura com todas as formas de conservadorismo.

Nesse sentido, urge a construção coletiva de propostas alternativas de articulação aos movimentos sociais frente às tendências identificadas, mas substancialmente pautadas no projeto de formação, que, expresso nas Diretrizes Curriculares da Abepss, colide radicalmente com o projeto retrógrado e autoritário, pautado no ultraliberalismo predatório, e sua concepção tacanha de educação. Com a mesma envergadura, é imperativa a tomada de posição dos assistentes sociais pautada nos valores e princípios do projeto ético-político profissional, que contrastam e confrontam as forças ultraconservadoras e ultraneoliberais, com tendências totalitárias e fascistas, que se articulam para viabilizar a política de terra arrasada.

Trata-se de aguerrir nas trincheiras da resistência, organizada e classista, no campo mediato e imediato, impondo, ainda mais, a irremediável reafirmação da relação orgânica entre lutas sociais e serviço social, vista com olhos bem abertos.

## Referências

- BARROCO, M. L. S. Desafios do projeto ético-político. *In: CFESS (Org.). Seminário nacional: 30 anos do Congresso da Virada*. Brasília: CFESS, 2012.
- BEHRING, E. Devastação e urgência. *In: CISLAGHI, J. F.; DEMIER, F. (Org.). O neofascismo no poder (ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
- BRASIL DE FATO. *Entregadores de aplicativos remarcam nova greve para dia 25 de julho*, 08 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/08/entregadores-de-aplicativos-remarcam-nova-greve-para-dia-25-de-julho>. Acesso em: 05/11/2020.
- BRAZ, M. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 128, 2017.
- COUTINHO, C. N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- DEMIER, F. *Depois do golpe: a dialética da democracia blindada*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.
- DEMIER, F. *Crônicas do caminho do caos: democracia blindada, golpe e fascismo no Brasil atual*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.
- DEMIER, F. *Crônicas de dias desleais: ultraneoliberalismo, neofascismo e pandemia no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.
- DURIGUETTO, M. L.; MARRO, K. Serviço social, lutas e movimentos sociais: a atualidade de um legado histórico que alimenta os caminhos de ruptura com o conservadorismo. *In: SILVA, M. L. de O. (Org.). Serviço social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016.
- FARAGE, E. Experiências profissionais do serviço social nos movimentos sociais urbanos. *In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (Org.). Movimentos sociais e serviço social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014.
- GOMES, T. E. D. Os carrascos avançam: múltiplas violências do patriarcado patronal branco contra mulheres em conflitos agrários e socioambientais. *In: COMISSÃO PASTORAL da terra. Conflitos no campo: Brasil 2020*. Goiânia: CPT Nacional, 2020
- GUERRA, Y. *A instrumentalidade do serviço social*. São Paulo: Cortez, 2011.

GUIMARÃES, M. C. R. As novas formas de organização e articulação das classes dominantes: o MBL em questão. *Revista de Políticas Públicas*, Maranhão, n. 22, 2019.

MARRO, K. Serviço social e movimentos sociais: reflexões sobre experiências de extensão universitária. *Temporalis*, Brasília, n. 22, 2011.

MOTA, A. E. *Cultura da crise e seguridade social*. São Paulo: Cortez, 2015.

MOTA, A. E. Prefácio. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (orgs). *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014.

OXFAM. *O vírus da desigualdade*. São Paulo: Oxfam Brasil, 2021.

SANTANA, R. S. A realidade agrária e o trabalho do assistente social na interface com os assentamentos rurais. In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (Org.). *Movimentos sociais e serviço social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014.

VASCONCELOS, A. M. de. *A/o assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas*. São Paulo: Cortez, 2015.

YAZBEK, C. Desafios do projeto ético-político. In: CFESS (Org.). *Seminário nacional: 30 anos do Congresso da Virada*. Brasília: CFESS, 2012.